

ORIENTAÇÃO TÉCNICA SIT/Nº 04/2025

ORDEM DE SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE DE DESCUMPRIR POR FALTA DE MOTORISTA OU DE VEÍCULO OFICIAL.

1. O Auditor Fiscal do Trabalho é obrigado a cumprir as Ordens de Serviço que lhe são emitidas, tendo em vista o disposto no art. 116, inciso IV, da Lei 8.112/90, c/c o art. 16, do Decreto 4.552/2002 (RIT).
2. Quando houver necessidade de deslocamento para o cumprimento de ordens de serviço, o Auditor-Fiscal do Trabalho poderá se utilizar de:
 - a) veículo oficial, com motorista próprio da unidade ou terceirizado, quando houver disponível;
 - b) veículo oficial, conduzido pelo próprio Auditor-Fiscal do Trabalho, se este possuir autorização formal para condução de veículos, e se houver veículo disponível;
 - c) veículos de plataformas integradas para serviço de transporte terrestre para os órgãos da Administração Pública Federal, tais como TaxiGov ou MobGov, quando houver algumas dessas ferramentas em uso na unidade;
 - d) veículo particular (utilização de meio próprio de locomoção), fazendo jus, nessa hipótese, à indenização de transporte; ou
 - e) passe livre, na forma prevista no art. 630, § 5º, da CLT.
3. Problemas relacionados ao deslocamento para execução das atividades ou à segurança do Auditor deverão ser resolvidos administrativamente, em conjunto com a autoridade superior hierárquica, inclusive no que diz respeito à adoção dos protocolos de segurança institucional, não justificando o descumprimento de Ordem de Serviço.
4. O descumprimento de Ordem de Serviço sob a alegação de que a Administração Pública não disponibilizou veículo ou motorista poderá implicar na responsabilização do servidor.
5. Revoga-se a Nota Técnica nº 201/2016/SIT, exarada no Processo de nº 46017.002159/2016-56.

Base legal: Art. 630, §§ 5º e 6º do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Arts. 58 e 116, inciso IV, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Arts. 6º, 20 e 34 do Regulamento da Inspeção do Trabalho, aprovado pelo Decreto nº 4.552, de 27 de dezembro de 2002. Art. 1º do Decreto nº 3.184, de 27 de setembro de 1999. Arts. 7º, 10, 12 e 13 da Portaria MTE nº 547, de 22 de outubro de 2021.

Processo nº 19966.200347/2024-56

Data da assinatura: 03/07/2025